

• Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

ESTADO MERCANTIL

“Ninguém pode negar as dificuldades da pior crise da nossa História”

por Guilherme Arruda
de Porto Alegre

O projeto de lei aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados, fixando o valor do salário mínimo em NCz\$ 160,65 em 1º de maio e corrigido a partir daí de acordo com a inflação mais 5%, durante os próximos doze meses, “é um absurdo” no entender do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Ao falar a um grupo de empresários na Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federa-sul), na sexta-feira, em Porto Alegre, o ministro reconheceu que o valor do salário mínimo não atende às necessidades básicas dos trabalhadores, mas ressaltou que qualquer alteração não pode ser feita por decreto.

“Antes de aprovar a mudança o Congresso terá de levar em conta as consequências que irá provocar essa medida, considerando a realidade econômica brasileira e examinando a situação dos estados e municípios. Ela é contrária aos trabalhadores porque vai afetar os empregos e

será um desastre para a Previdência Social”, alertou Mailson, acrescentando que o Executivo não hesitará em vetá-la. “Nossa expectativa é de que todas as consequências sejam examinadas minuciosamente”, disse.

O ministro da Fazenda queixou-se dos congressistas em reunião a portas fechadas com um seletivo grupo de lideranças empresariais na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), responsabilizando-os pela obstrução de algumas medidas de impacto que poderiam resultar em condições mais favoráveis para a execução do Plano de Estabilização Econômica. “Há exemplos claros de decisões contrárias ao Plano Verão, como a intenção de reduzir a máquina estatal com a demissão de funcionários, que ‘inchavam’ a administração pública, e privatizações e extinções”, disse ele. “O que resta ao governo é continuar com aquilo que o Congresso manteve do plano”, acrescentou.

Neste segundo momento do plano, Mailson da Nóbrega disse que concentrará esforços no sentido de manter a inflação em níveis relativamente baixos.



Mailson Ferreira da Nóbrega

“O Brasil só vai mudar no dia em que houver uma conscientização por parte da população de que a administração pública que está aí precisa ser mudada”, disse um empresário da construção civil, repetindo declarações do ministro.

“Ninguém pode negar as graves dificuldades da pior crise da história brasileira que estamos vivendo. Mas ninguém nega também que temos condições de vencê-la.

“O Brasil tem saídas”, disse o ministro pedindo a solidariedade das elites, de políticos, empresários e trabalhadores para promover uma reforma “que verdadeiramente consolide a economia, colocando-a dentro de parâmetros duradouros”.

Mailson da Nóbrega não quis fazer nenhuma projeção para a inflação deste mês.

“Deve ser a mais baixa possível”, disse, lembrando que o grau de indecação da economia é tão grande que qualquer número que for divulgado passa a ser encarado com o piso.

Ele considerou “um palpite infeliz” o fato de o presidente da Petrobrás, Carlos Santana, ter solicitado reajuste de 30 a 35% no preço dos combustíveis. “Ele quer na verdade colocar mais combustível na inflação”, ironizou Mailson.

Com relação a preços, o ministro da Fazenda reiterou que haverá algumas correções, que serão feitas de forma gradativa, por meio de portarias do Ministério da Fazenda, após o exame caso a caso. A liberalização levará sempre em conta os impactos de cada setor no índice de inflação.